



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



**O EMPODERAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL: AVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO
DE VIÇOSA-MG**

Ana Paula Nery Rosado

Estudante de graduação em Economia Doméstica e Bolsista de Extensão
Universitária - PIBEX/PEC/UFV

Karla Maria Damiano Teixeira

PhD em Ecologia Humana e Familiar e Professora Adjunta do DED/UFV

Luciana Soares de Moraes

Estudante de Graduação em Economia Doméstica e Bolsista de Iniciação Científica
- PROBIC/FAPEMIG/UFV

Departamento de Economia Doméstica – Avenida Peter Henry Rolfs, Campus UFV,
Viçosa/MG - CEP: 36.571-000

Tel: (31) 3899-1632

anapaularosado@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A pobreza existe quando um segmento da população é incapaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos, como renda,

moradia, trabalho, saúde, alimentação, que garantam uma qualidade de vida satisfatória (NAHON, 2006).

No Brasil, a pobreza está presente, agravada por uma distribuição desigual dos recursos entre a população, o que acirra as diferenças sociais. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil ocupa o 9º lugar em renda *per capita*, mas desce para o 25º lugar quando se fala em proporção de pobres. Isso coloca o Brasil entre os países de alta renda e alta pobreza, pois, ao mesmo tempo em que se inclui entre os 10% mais ricos, integra a metade mais pobre daqueles em desenvolvimento (CARE, 2006).

Conforme Souza (2004), nas últimas décadas, o Brasil alcançou um ritmo acelerado de crescimento econômico, sendo que a política econômica adotada estimulou a industrialização por meio da entrada do capital monopolista, permitindo o estabelecimento de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra e favorecedora da acumulação capitalista. Por outro lado, teve-se como resultado a pauperização cada vez maior da população, manifestada na faixa crescente de desempregados e na redução também crescente do poder aquisitivo dos salários (SOUZA, 2004).

De acordo com Comunidade Solidária (2006), tradicionalmente o enfrentamento da pobreza se faz de duas maneiras. A primeira ocorre pela via do crescimento econômico, o que nem sempre resultava em desenvolvimento social. O Brasil constitui um exemplo disso: é o país que mais cresceu em passado recente e, no entanto, também é o campeão da desigualdade social. A segunda maneira se dá por meio de políticas compensatórias, muitas vezes assistencialistas, que até podiam aliviar os sofrimentos dos excluídos, mas não resolvem o problema da pobreza. Além disso, esse enfoque é “míope”, uma vez que considera a pobreza como falta de dinheiro e não como um conjunto de vulnerabilidades e exclusões. Como argumenta o Conselho da Comunidade Solidária (2003), a transferência direta de recursos, como medida compensatória, sem exigir contrapartidas de capital humano e social, não terá condições de erradicar a pobreza. Essa prática infunde, no imaginário social, a crença mística, de que pobreza é falta de dinheiro, mascarando a sua real natureza de um conjunto de desvantagens, discriminações, vulnerabilidades e exclusões.

O desenvolvimento local, por meio da geração de trabalho e renda, seria uma maneira de promover a inclusão social de comunidades carentes. De acordo com

Cardoso (2002), quando essa abordagem é de cunho social, o combate à exclusão social aparece como eixo norteador, e as ações tendem a focar os pequenos empreendimentos e os segmentos que ficam à margem do grande mercado.

Segundo Romano & Antunes (2002), uma das categorias e/ ou abordagens que, de forma explícita, ou implícita, se inserem no debate ideológico em torno do desenvolvimento é o empoderamento. O empoderamento, então, seria uma das formas de promover o desenvolvimento local.

Programas e projetos que trabalham na perspectiva do empoderamento comunitário utilizam uma abordagem *bottom-up* – de baixo para cima – em contraposição a programas e projetos verticais *top-down* – de cima para baixo. Os ditos *bottom-up* são iniciados a partir da visão e da percepção da comunidade, e consideram um aumento em sua capacidade e poder como importantes resultados para a melhoria da qualidade de vida (LAVERACK & LABONTE, 2000 *apud* BECKER *et al*, 2004).

O termo empoderamento pode ser abordado e interpretado sob diversas perspectivas; no entanto, ele não trata apenas de um processo de emancipação individual, mas também da aquisição de uma consciência coletiva da dependência social e da dominação política. Na verdade, este conceito possibilita traçar uma ponte entre o local e o global, ampliando o contexto de inserção do indivíduo para além de suas famílias e comunidades, articulando-os a nações mais amplas, ao nível macro, e uma possível ação (EICOS, 2006).

O conceito vai além das noções de democracia, direitos humanos e participação para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do seu meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), refletindo sobre os fatores que dão forma ao seu meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua própria situação (EICOS, 2006).

Vasconcelos (2001, p.5 *apud* Teixeira, 2002, p.25) define empoderamento como "o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social". Diversos autores que trabalham com o termo empoderamento referem-se a ele como a habilidade de pessoas conseguirem um entendimento e um controle sobre suas forças pessoais, sociais, econômicas e

políticas, no sentido de melhorar sua situação de vida (WALLERSTEIN *et al*, 1994 *apud* TEIXEIRA, 2002).

O presente projeto parte do pressuposto de que o investimento em oficinas de capacitação comunitária e atividades de produção local são capazes de promover o empoderamento individual e coletivo do público alvo atendido e, conseqüentemente, a atenuação da pobreza e exclusão social. É, portanto, uma proposta de organização e desenvolvimento local, baseada na orientação para a integração econômica de famílias de baixa renda, visando a reduzir o nível de pobreza dessa população e promover experiências compartilhadas de inclusão social.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como principal objetivo avaliar a importância do projeto Organização Local, Orientação Econômica e Cooperativismo: Empoderamento e Inclusão Social de Famílias do Programa de Garantia de Renda Mínima, Viçosa/MG¹, enquanto fator de desenvolvimento local, e o impacto das oficinas de capacitação em nível individual e coletivo na inclusão social das famílias atendidas pelo projeto.

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil socioeconômico dos participantes;
- Avaliar a percepção dos participantes em relação à importância do Projeto para a comunidade;

¹ O referido projeto de extensão financiado pelo CNPq, em curso desde o ano de 2005, integra o Programa Cooperação Social juntamente com os seguintes projetos de pesquisa: Construção das relações societárias num contexto sociocultural específico: a importância da paridade de gênero como fator de desenvolvimento local, Viçosa/MG; Capacitação e cooperativismo como meios de inclusão social de famílias de baixa renda; e, Impactos socioeconômicos da política pública de renda mínima: estudo de caso do PGRM-Viçosa.

- Verificar o conhecimento que os participantes têm dos objetivos do Projeto e em que medida compartilha deles;
- Avaliar a didática dos cursos² oferecidos;
- Analisar as mudanças ocorridas na vida das participantes após a inclusão no Projeto;
- Verificar a efetividade do Projeto no empoderamento e inclusão social das famílias beneficiadas.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

O presente estudo foi realizado nas comunidades Barrinha e Cidade Nova do município de Viçosa-MG. O município abrange uma área de 186,54 mi², com uma densidade demográfica de 216,2 hab/ hm². Dista da capital, Belo Horizonte, 152,9km, em linha reta, e 220hm, por rodovia. Sua emancipação ocorreu no ano de 1871 e, atualmente, conta, além da sede, com dois distritos. No período de 1991 a 2000, a população de Viçosa apresentou uma taxa média de crescimento anual de 2,66%, passando de 51.658 pessoas em 1991 para 64.854 em 2000 (CENSUS, 2004). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006), a população estimada no ano de 2005 foi de 73.121 habitantes.

3.2 População e Amostra

O público alvo é composto por pessoas sem qualificação técnico-profissional, das comunidades urbanas da Barrinha e Cidade Nova do município de Viçosa – MG. São famílias desprovidas de propriedades, sem emprego formal, nível de renda baixo (inferior a 0,5 salário mínimo *per capita*), que vivem em ambiente de violência

² Os cursos já realizados pelo projeto foram de criatividade e estímulo às atividades produtivas: Produção e Utilização de Papel Reciclado, Sabonetes Artesanais, Produção Caseira de Materiais de Limpeza, Pintura em Tecido, Fazendo uma Horta Doméstica, Processamento de Alimentos: Compota, Polpada, Doce de Leite e Picles, Móveis de Garrafa PET; e, cursos de qualificação profissional: Orçamento Familiar, Introdução ao Associativismo e Cooperativismo, Higiene na Manipulação de Alimentos: Aprendendo a Vender.

e homicídios, carentes de educação, saúde e consciência cívica, sujeitos a freqüentes experiências de exclusão e violação de direitos.

De início foram cadastradas 80 famílias no projeto. Destas, foram selecionadas, intencionalmente, 24 famílias para constituir a amostra das cadastradas e participantes do projeto (Grupo 1), sendo este grupo dividido em dois subgrupos para melhor aplicação da metodologia; e, outras 6 famílias, para constituir a amostra das cadastradas e não participantes do projeto (Grupo 2).

3.3 Instrumentos de Coleta e Análise de Dados

Para caracterização das famílias, a coleta de dados foi feita por meio do método *Survey*, fazendo-se uso de questionário estruturado. Os dados foram categorizados, tabulados e analisados.

A seguir, para avaliar as ações desenvolvidas pelo projeto na comunidade, utilizou-se como instrumental metodológico o grupo focal. O grupo focal é uma técnica qualitativa, não diretiva, e seu resultado visa ao controle da discussão de um grupo de pessoas. Foi inspirada em técnicas de entrevista não direcionada e técnicas grupais usadas na psiquiatria (Biblioteca Virtual em Saúde, 2006). Segundo Neto *et al.* (2001, p.9 *apud* TEIXERA, 2002, p.61), o grupo focal é:

Uma técnica de pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate entre eles, informações acerca de um tema específico.

Para a utilização dessa técnica, foi feito um roteiro de debate, a discussão foi gravada (com autorização dos participantes), foram feitas anotações das falas, assim como algum registro da linguagem não verbal. Após a utilização dessa metodologia, as fitas foram transcritas, criaram-se as categorias analíticas e, como instrumento para a análise dos dados, utilizou-se o *software* MAXqda (Software for Qualitative Data Analysis).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados relativos à amostra do grupo focal daqueles que foram cadastrados e participam do projeto (Grupo 1) mostraram que, entre as entrevistadas, 100% são mulheres, sendo 58,33% casadas; 29,16%, solteiras e 12,5%, amigadas.

As famílias das entrevistadas têm, em média, 4,26 membros (48,5% do sexo masculino e 51,5% do sexo feminino), o que totaliza 98 indivíduos. Destes, são solteiros 51,5%; casados 40,4%; amigados 6,1%; viúvos 1%; e, divorciados 1%. A maioria dos membros familiares está ocupada com trabalho remunerado (39,8%), são estudantes (37,8%) ou donas de casa (14,3%). Entre aqueles que trabalham, 52,63% o fazem na prestação de serviços; 18,42% na construção civil; 13,15% no comércio e 15,8% em outras atividades.

A porcentagem de membros familiares com trabalho fixo corresponde a 64,1%, e, destes, 72% possuem carteira assinada.

A renda média e *per capita* das famílias analisadas é de R\$ 713,77 e R\$ 167,55 (2,04 e 0,48 salários mínimo vigente), respectivamente. Com relação à proveniência da renda, 82,26% é do trabalho remunerado; 14,72%, aposentadoria; 2,12%, pensão e 0,9%, programas sociais do governo; a forma de pagamento é, em sua grande maioria, mensal (78,7%).

Apenas 20,83% dos entrevistados freqüentam a escola atualmente, sendo que a minoria possui ensino primário incompleto (0,63%) e superior incompleto (0,63%); e, a maior porcentagem possui apenas o primário completo (45,83%). Com ensino médio incompleto têm-se 8,33% e médio completo, 25%. Entre aqueles que não freqüentam a escola atualmente, 66,66% manifestaram o interesse de voltar a estudar. A média de anos estudados por família e por membro familiar corresponde a 23,7 e 5,6 anos, respectivamente.

Com relação à amostra do grupo focal daqueles que foram cadastrados e não participam do projeto (Grupo 2), foram entrevistadas 6 pessoas de diferentes famílias. Entre as entrevistadas, 100% são mulheres, sendo 66,66% casadas e 33,33%, solteiras.

As famílias das entrevistadas têm em média 3,5 membros (61,9% do sexo feminino e 38,1% do sexo masculino), o que totaliza 21 indivíduos. Destes, são solteiros, 52,4%; e, 47,6%, casados. A maioria dos membros familiares está ocupada com trabalho remunerado (52,4%), são estudantes (19,04%), donas de casa (14,3%), crianças (9,5%), aposentados (4,8%), desempregados (4,8%). Entre aqueles que trabalham, 72,7% o fazem na prestação de serviços; 18,2% na construção civil; e, 9,1% em outras atividades.

A renda média e *per capita* das famílias analisadas é de R\$ 570,00 e R\$ 162,86 (1,63 e 0,47 salários mínimo vigente), respectivamente. Com relação à proveniência da renda, 91,23% é do trabalho; e, 8,77% de aposentadoria; a forma de pagamento é, em sua grande maioria, mensal (75%). A porcentagem de membros familiares com trabalho fixo corresponde a 45,5%, e destes somente 27,3% têm carteira assinada.

Com relação à escolaridade, 73,7% dos membros não freqüentam escola atualmente, e, destes, 33,33 % gostariam de voltar a estudar. Com ensino primário incompleto, têm-se 31,6%; 10,5% com ensino primário completo; 21,0% com ensino fundamental incompleto; 10,5% com ensino fundamental completo; 10,5% com ensino médio incompleto; e, 15,8% com analfabetos. A média de anos estudados por família e por membro familiar corresponde a 15,2 e 4,6 anos, respectivamente.

Cabem algumas comparações com relação aos dados quantitativos dos dois grupos analisados, como a de que o número de entrevistados e membros familiares do Grupo 1, que freqüentam escola atualmente, é maior que o do Grupo 2, sendo que daqueles que não a freqüentam há porcentagem maior daqueles que gostariam de voltar a estudar no Grupo 1, bem como maior escolaridade do entrevistado e membro familiar. Essa análise permite observar que a participação no projeto pode estar condicionada a esse fator, pois, aqueles que detêm maior grau de conhecimento geralmente desejam aumentá-lo, o que favorece a participação em projetos que trabalhem com a capacitação e aumento da escolaridade.

Há maior porcentagem de membros do Grupo 2 com trabalho remunerado, o que pode favorecer a não-participação no projeto, mas, em contrapartida, esse grupo apresenta menor porcentagem de membros com trabalho fixo e carteira assinada, e maior porcentagem de membros desempregados, o que deveria favorecer a participação destes.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que a renda do Grupo 2 é menor, então pode-se considerar que indivíduos com menor posse de recurso financeiro devem ser mais mobilizados a melhorar sua renda do que aqueles com renda maior, como é o caso do Grupo 1.

A média de membros por família do Grupo 1 foi acima da média nacional, que é de 3,6 membros, o que influencia diretamente a baixa renda *per capita*; mas, mesmo o tamanho médio da família sendo maior no referido grupo, a renda *per capita* dos dois grupos é equivalente, o que pode ser explicado pelo fato de a renda média familiar do Grupo 1 ser maior do que a do Grupo 2.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas sociais do Brasil relacionam-se ao trabalho precário, à baixa escolaridade, ao desemprego e à distribuição não eqüitativa. Dos indicadores normalmente utilizados para comparar o grau de desenvolvimento dos países, evidencia-se um quadro mostrando que onde há mais educação há mais riqueza, e vice-versa (LIMA *et al*, 2005). Conforme o mesmo autor, do ponto de vista econômico, a relação entre educação e desenvolvimento se vê profundamente associada ao desempenho nas atividades produtivas. Assim, pressupõe-se que a baixa escolaridade significa menos possibilidade de qualificação profissional, o que, por sua vez, determina menores oportunidades de trabalho (FOGAÇA, 1996 *apud* LIMA *et al*, 2005).

Na tentativa de minimizar tais problemas, diversos programas têm surgido, porém, na maioria das vezes, com bases assistencialistas, o que nem sempre contribui para reduzir as desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, esse projeto faz-se relevante como forma de inclusão social para os marginalmente excluídos, dentro do propósito central que é gerar trabalho e renda por meio de atividades de promoção humana. Em suma, o empoderamento por meio do investimento em oficinas de capacitação, conjugado à formação de empreendimentos cooperativos autogeridos, é uma das maneiras de contribuir para que essas famílias tenham condições para romper o círculo vicioso

da pobreza, e para que ocorra uma verdadeira rede de proteção social a seus membros, garantindo-lhes o direito de assumir plenamente a cidadania.

Cumpra ainda ressaltar que os dados qualitativos encontram-se em processo de análise, fazendo com que nem todos os objetivos do presente trabalho estejam alcançados.

REFERÊNCIAS

BECKER, D. *et al.* **Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde.** 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232004000300017&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 02 jun 2006.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Como operacionalizar um grupo focal.** 2006. Disponível em: <<http://www.bireme.br/bvs/adolesc/P/textocompleto/adolescente/capitulo/cap09.htm>>. Acessado em: 19 jun 2006.

CARE. **Brasil: pobreza e desigualdade.** 2006. Disponível em: <http://www.care.org.br/?care_pobreza> Acesso em: 03 mar 2006.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Como Funciona o Programa Comunidade Ativa?** 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estr_02/SecExec/FunCA.htm> . Acesso em: 24 mai 06.

CONSELHO COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade.** Brasília, 15p, 2003. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br/textos/publicacoes>> . Acesso em: 15 fev 03.

CRUZ, T. A.; ALVARENGA, S. C. de; SILVA, A. R. da; CARMO, M. I. do. **Perfil empresarial de Viçosa.** Viçosa, MG: CENSUS, 2004.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS. **Empoderamento: participação, solidariedade e desenvolvimento.** 2006. Disponível em: <<http://www.eicos.psycho.ufrj.br/portugues/empoderamento/empoderamento.htm>> Acesso em: 03 mar 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@.** 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 15 mai 06.

LIMA, C. R. C. B. L. *et al.* Geração de renda e emprego através da capacitação para o trabalho: curso de capacitação de cozinheiros (as). In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro**, VI Encontro Latino – Americano e IX Simpósio Estadual de Economia Doméstica. Francisco Beltrão: UNIOESTE/ABED, 2005.

NAHON, R. **Liderança: da Pobreza ao Desenvolvimento das Américas**. 2006. Disponível em: <<http://www.aaleader.tcu.edu/BRASIL%20finalpdf.pdf>> . Acesso em: 02 jun 2006.

ROMANO, J. O. & ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e combate à pobreza. In: ROMANO, J. O. e ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/img/publics/empoderamento.pdf>>. Acesso: 29 mai 06.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. p.106.

TEIXEIRA, M. B. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde**. [Mestrado] Rio de Janeiro: Fiocruz, ENSP; 2002. 105 p. Disponível em: <<http://portalteses.cict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2002/teixeirambm/capa.pdf>>. Acesso em: 03 mar 06.